

DA CONDICIONAL COMO PROCESSO DIALÓGICO¹

M. Fausta P. de Castro Campos (Unicamp)

É curioso observar como se dão os processos de construção dos enunciados condicionais entre 2;7 e 5;0 de idade. Um fato salta aos olhos e se revela como interessante no quadro das hipóteses sobre a aquisição da linguagem: no período do desenvolvimento linguístico citado convivem diversos modos de construção desses enunciados. Gostaria de discutir aqui a possibilidade de explicar esse fenômeno à luz de uma hipótese que tome essas diferentes manifestações como, pelo menos parcialmente, organizadas ou determinadas pela atividade dialógica.

Alguns trabalhos em aquisição da linguagem mostram claramente como a criança, nos primeiros períodos do seu desenvolvimento linguístico, toma o enunciado do interlocutor adulto como um tópico ao qual acrescenta algum comentário. Desta operação resulta um enunciado constituído a partir da conjugação de dois atos de fala distintos (Grienfield and Smith 1976; Keenan and Schieffelin 1976; Ochs, Schieffelin and Platt 1979; de Lemos 1979). Este processo de construção de enunciados que se faz através da seqüência de turnos é reconhecido pelos autores que o estudaram como uma etapa determinante dos períodos posteriores quando a criança articulará tópico e comentário dentro de um único turno no diálogo.

Do exame e análise dos dados de Daniela (D) e Verônica (V), sujeitos desta pesquisa, depreendem-se alguns fatos que mostram a importância de se tomar o processo de incorporação da fala do interlocutor como uma das formas básicas de colaboração no diálogo.

Refiro-me inicialmente a um trabalho anterior com a colaboração de Lemos (de Castro Campos e de Lemos 1979) em que procuramos mostrar que parte dos enunciados interrogativos ou assertivos com porque podem ser analisados como o resultado do acoplamento de dois atos de fala distintos que recortam momentos dialógicos da criança com o seu interlocutor básico. Em outro artigo (de Castro Campos, inédito), procuro mostrar a necessidade de se reconhecer esses mesmos enunciados como construções intersubjetivas cujos princípios estruturais básicos se dão no interior da atividade dialógica.

Exponho aqui apenas alguns desses fatos por estarem estreitamente relacionados com o fenômeno da construção das condicionais.

O primeiro deles, já observado por de Lemos (1975) diz respeito a um uso específico do por que? enquanto estratégia para manutenção do tópico da interação:

a criança pergunta por que? + o enunciado, ou parte do enunciado antecedente do interlocutor. Embora nem sempre haja retomada do enunciado anterior, observa-se em D. e V. o mesmo prolongamento (atê mesmo inadequado) do uso do por que? como estratégia de manutenção do tópic.

Outro fato de interesse reúne os casos em que a criança completa um mando ou asserção do adulto com porque + justificativa + às vezes- uma "tag question", resultando, portanto, um enunciado complexo que integra dois turnos do diálogo.

(1) (Mãe de D. combinando uma ida ã feira hippie).

M. A gente pode ir neste sãbado de manhã, se não chover.

Você me lembra de te levar na feira hippie?

D. È, porque tudo dia pã i em tudo lugar eu lembo, nê?

(D. 3;6.22 - diário)

Um outro exemplo mostra que a criança faz uma pergunta, o adulto responde e ela completa a resposta, com porque + X.

(2) (V. falando sobre o primo menor)

V. È nenêm agora, nê?

M. O Pedro è.

V. Porque ele não nasce grande.

M. O Pedro è nenêm sim, porque ele não nasce grande, è isso mesmo.

(O diálogo continua)

(V. 3;7.18)

Uma quarta característica importante, também observada no italiano, em um artigo em colaboração com Camaioni e de Lemos (Camaioni et al. 1985), è o fato da criança assumir explicitamente o papel daquele que pede e que dà explicação podendo, conseqüentemente, fazer perguntas sobre o seu próprio comportamento e respondê-las.

(3) (D batendo na irmã)

D. Mãe, por que que eu tã batendo nela? Porque ela tã mexendo.

(D. 2;7.20 - diário)

Finalmente, o fato de se poder explicar a maioria dos enunciados complexos do tipo X porque Y como construções intersubjetivas definidas em função de dois princípios ou perspectivas estruturantes: o primeiro deles mostra que muitos des

ses enunciados contêm algum tipo de negação de comportamentos, crenças, ordens e pedidos efetivos ou atribuídos ao interlocutor. O segundo, que aparece muitas vezes associado ao primeiro, caracteriza-se pelo fato de grande parte das justificativas de ordens, pedidos e juízos se organizarem na base do pressuposto de que a criança e o interlocutor compartilham intenções e conhecimentos.

Estas características dialógicas do porque mostram que o processo de construção de enunciados pela composição de dois turnos distintos na seqüência de interação não se limita ao período em que a criança é ainda incapaz de construir enunciados de dois ou mais vocábulos. Ao contrário, tais características sugerem que a criança lida, mesmo em períodos posteriores do desenvolvimento lingüístico, com estes mecanismos dialógicos produzindo enunciados com um novo valor funcional. Por exemplo, os enunciados explicativos construídos em (1 - 2):

A análise dos modos de construção dos enunciados condicionais parece constituir também um veio rico na discussão do papel da atividade dialógica no desenvolvimento lingüístico. O primeiro ponto importante diz respeito ao uso extremamente freqüente do então como elemento de ligação entre a fala do interlocutor e a da própria criança. Depreende-se com facilidade que o seu uso nos "corpora" de D e V é privilegiadamente interturnos, o primeiro enunciado podendo ser considerado como um tópico, algo dado, que serve de base para o comentário que o então introduz.

Há dois processos básicos de construção conjunta com o então.

No primeiro, um enunciado é construído principalmente pela conjunção de dois turnos: um que contém uma asserção, um mando ou uma proposta de ação do interlocutor; outro que se constitui como um tipo de resposta que incorpora e expande o enunciado anterior. A expansão marca ou o acordo, o assentimento face à direção indicada pelo enunciado do interlocutor, ou uma proposta alternativa, um contra-argumento ou mesmo uma ameaça.

Os exemplos (4 - 5) ilustram as duas situações descritas.

(4) (V pede um jogo. Mãe impõe condições).

M. Eu vou te dar pra você brincar aí sentada, no...

V. chão (completando o enunciado da mãe)

M. No chão tá?

V. Então me dá, mãe.

(V. 3;6.2 - 109 S)

(5) (D e V brincando com as portas. Ambas já tinham machucado os pés nesta brincadeira).

D. Vou fechar as duas poita.

E. Nada de brincadeira de porta.

D. Então eu quero mais. (Resposta alternativa à proibição da entrevista dora; quando acabara de sair da mesa dizendo que não queria mais).

(D. 3;3.29 - diário)

O segundo tipo de construção indica uma atividade mais complexa na cadeia de interação e uma estratégia mais elaborada para inserir o discurso do interlocutor na construção do seu próprio discurso.

Esta forma mais complexa se caracteriza pela inclusão de, no mínimo, três turnos da interação criança/adulto, em que no primeiro há geralmente uma pergunta da criança, seguida de uma resposta do adulto comprometendo-se de alguma forma com a pergunta da criança, mais então e um comentário que é geralmente uma forma de pedido ou ainda uma inferência que não inclui necessariamente um pedido ou proposta de ação.

(6) (D e mãe dentro do carro)

D. Tã escuro, mãe?

M. Não.

D. Então deixa eu guiar.

(D. 2;8.17 - diário)

(7) (V instalando uma situação de "faz de conta").

V. Você era a Camila, tã, mãe?

M. Eu sou quem?

V. Você é, o seu nome chamava Camila. Você, você tava gorda.

M. Eu tava o que?

(V. diante da dificuldade da mãe)

V. Camila é gorda, mãe?

M. Gorda?

V. É.

M. Num sei... é. A Camila pe gordinha sim.

V. Então, então você é Camila.

(V. 3;6.2 - 109 S)

(8) V. Manhê, catapora é vermelha?

M. É, são umas bolinhas vermelhas.

V. Então duas coisa é vermelha: catapora e sangue.

(V. 4;0.28)

Esses exemplos de condicionais segmentadas merecem discussão mais detalhadas.

Quanto ao primeiro, de acordo com o depoimento da própria mãe, os argumentos para não deixar D dirigir o carro são: "tem muito carro" e "está escuro". O diálogo parece, aqui, claro: D toma um dos argumentos da mãe, fazendo-a reconhecer que uma das condições invocadas para a recusa ao pedido não está presente. São a partir deste acordo explícito faz o pedido que vem sob a forma de uma inferência. A garantia

da aceitação do pedido está justamente no compromisso assumido pela mãe com a resposta à pergunta de D.

O exemplo (7) mostra como V, diante da dificuldade da mãe para identificar a personagem que lhe é atribuída, conduz passo a passo a argumentação, deixando implícita a última conclusão. (Se você concorda que Camila é gorda, e se você é Camila na brincadeira, então você é gorda).

O terceiro caso citado pretende mostrar como o mesmo tipo de construção de um enunciado condicional é usado pela criança para extrair informações sobre o mundo físico, extrapolando, a nível do seu conteúdo, as situações em que há claramente uma tentativa de controle do comportamento do interlocutor por um pedido ou pela instalação de uma situação de jogo. Em (8), V. mostra um determinado conhecimento do mundo que varia da certeza: "sangue é vermelho" à hipótese: "catapora é vermelha". A resposta do adulto permite justamente a confirmação da hipótese e a construção de uma determinada conclusão.

Embora se possa perceber uma diferença a nível de conteúdo entre este último exemplo e os dois que o antecedem, quero frisar que a criança recorre aos mesmos mecanismos em todos os três casos, isto é, tem-se o mesmo processo de construção de condicionais: a segmentação desse enunciado pela introdução da fala do interlocutor é o ponto básico da sua caracterização.

Da descrição do processo de construção a dois turnos e deste que acaba de mencionar, quero salientar alguns pontos relativos à introdução do tópico no diálogo.

Do mesmo modo que a retomada da fala do interlocutor é diversa nos diferentes mecanismos de construção dos enunciados com porque (cf. exs. (1 - 3)), parece evidente a diferença entre os enunciados com então. A pergunta inicial em (6 - 8) visa a obter o comprometimento, serve de quadro ou base para um comentário que o então introduz. É claro que o tópico não é "dado" aqui no mesmo sentido em que foi considerado nas construções a dois turnos que citei. Efetivamente, há nos casos ilustrados por (4 - 5) uma incorporação do turno imediatamente anterior e uma integração deste ao enunciado que o então introduz. Em (6 - 8), tópico ganha o sentido "daquilo sobre o que se obteve a adesão do outro". O tópico é negociado entre criança e interlocutor. A partir da adesão deste último é que a criança tira a consequência que, na maioria das vezes, vem sob a forma de um pedido. O comprometimento é a expressão da negociação.

Adamec (1966) define tópico (para o autor: foundation) como "a parte da sentença que é dada, conhecida, ou completamente evidente, e que funciona como ponto de partida para a transmissão da informação em questão". (Citado em Dahl 1969:8).

Dahl (1969), que considera os conceitos de tópico e comentário de Adamec (foundation and nucleus) como um dos mais intuitivos da literatura, reconhece entretanto que falta nesta definição clareza suficiente para que se identifique aquilo que é "dado, conhecido, e completamente evidente".

Penso que um dos critérios de identificação da "completa evidência" é

justamente o assentimento do outro que traduz uma situação de negociação. Segundo Orlandi (inédito), uma das importantes funções do tópico é estabelecer um começo, um lugar na incompletude ou indeterminação que caracteriza o ponto-zero da interação verbal. O exemplo (7) ilustra bem a dificuldade de V para estabelecer este começo, "lugar comum" entre ela e a mãe.

As condicionais segmentadas que (6 - 8) ilustram constituem um forte argumento em favor da hipótese de Jespersen (1940) sobre a possível relação entre os enunciados do tipo "Se p então q" e os enunciados interrogativos. Ele sugere que condicionais foram originariamente questões com respostas assertivas implicadas.

De acordo com Haiman (1980), que retoma a proposta de Jespersen, o principal ponto da hipótese do autor é a idéia de que a prótase de uma condicional é um mini-diálogo com dois participantes como, por exemplo em:

"(18) A. Is he coming?

(19) B. Yes.

(20) A. Well, than I'll stay"

(apud Haiman, 1980)

Segundo Haiman, o que o falante pretende com a pergunta (18) é justamente obter o assentimento para a validade da proposição expressa na parte declarativa da pergunta. Uma vez obtido o assentimento - em voz alta ou pelo silêncio - segue-se que falante e interlocutor concordam com a validade da pergunta que funciona então como base para a consequência. A contra parte declarativa da pergunta é estabelecida como um tópico da consequência introduzida por then (então)

É inútil traçar os inúmeros pontos de semelhança entre a análise dos enunciados condicionais segmentados e a hipótese de Jespersen sobre a origem dos condicionais. O que parece interessante lembrar é que no quadro desta hipótese e enquanto expressão efetiva nos "corpora" de D e V, as condicionais segmentadas se constituem como um ponto crucial de reflexão e de análise dos enunciados do tipo "Se p então q". São formas explícitas do tipo de construção que, segundo Jespersen, deu origem aos enunciados condicionais com se.

Outro ponto de apoio para a hipótese da relação entre o jogo de perguntas e respostas e a construção de condicionais pode ser encontrado em Bally (1965). Para o autor, existem três formas de enunciação: a "coordenada" (coordonnée), a "segmentada" (segmentée - que não deve ser confundida com o termo condicional segmentada que venho usando) e a "ligada" (liée), que unem o tópico (thème) e o comentário (propos) de um enunciado por uma relação peculiar a cada uma dessas formas de enunciação.

Segundo Bally,

"parece que a frase segmentada nasceu, na coordenação, da retomada explícita da primeira coordenada: "Il pleut. Il pleut? Nous ne sortirons

pas". Esta interpretação parece ainda mais viável se se supõe essas enunciações repartidas entre dois interlocutores: A- "Il pleut". B- "Il pleut? (= Vous dites qu'il pleut?). Nous ne sortirons pas". Compreende-se então melhor que a retomada feita por B tenha podido, com o correr do tempo, criar um novo tipo de enunciado pelo esquecimento da primeira coordenada". (Bally 1965: 61).

Os enunciados do tipo "Se p então q" são considerados pelo autor como exemplos de frases segmentadas caracterizadas, antes de tudo, "pelo jogo de dois procedimentos musicais" sem os quais elas não são concebíveis: a pausa mediana e a melodia. Este jogo permite que qualquer uma de duas partes seja o tópico (thème) ou o comentário (propos), separados um do outro por um silêncio e marcados por "inflexões de voz" que permitem distinguir claramente se o tópico precede o comentário (AZ) ou vice-versa (ZA). Ainda segundo o autor, o comentário tem a "intonação modal" da frase independente; intonação autônoma e variada que, na sua forma mais comum, "sobe ligeiramente para descer depois um pouco" (). O tópico comporta, ao contrário, duas intonações estereotipadas, diferentes uma da outra e ambas dependentes do comentário. Assim, no caso em que tópico precede comentário, tem-se  e na ordem inversa:  ²

Frases segmentadas como:

- "Quando chove, ficamos em casa".
- "se você desobedecer, será punido".
- "Você será punido, se desobedecer".

diferem da "frase ligada" pela ausência de pausa e "melodias opositivas" no segundo tipo, como: "você será punido se desobedecer". Da frase coordenada, a segmentada diferirá pela melodia e pelo valor sintático do seu tópico, que equivale sempre a uma frase subordinada.

Antes de discutir a construção dos enunciados do tipo "Se p então q" nos "corpora" de D e V, gostaria de fazer algumas considerações sobre um pequeno monólogo de V.

(9) (V. à mesa, com a mãe, na hora do almoço)

V. Será que a Dica vai almoçar lá? Será? Se ela num almoçar lá vai almoçar no restaurante porque aqui não tem comida.

(V. 3;10.22 - diário)

Penso que um dos modos de entender este exemplo seria considerá-lo como um diálogo, com base parcial na hipótese de Jespersen (op. cit) e na de Vygotsky (1962) sobre linguagem egocêntrica. Como identificar a estrutura dialógica de (9)?

Pode-se dizer que V. faz uma pergunta, pressupõe uma resposta afirmativa e constrói um enunciado condicional cuja prótase é uma sentença negativa estruturada na base de resposta pressuposta. O ponto de vista de Vygotsky é aqui relevante na medida em que considera a fala egocêntrica - representada no monólogo de V - como originalmente social, aparecendo no momento do desenvolvimento em que a criança transfere as formas colaborativas de comportamento da fala social para a esfera intrasubjetiva (op.cit.:19).(9) seria então uma instanciação da fala egocêntrica, um fenômeno que marca a passagem da fala social ou diálogo para a fala interna. O interlocutor pode ser, no enunciado de V., reconhecido pela resposta pressuposta sobre a qual é construída a hipótese justificada por uma sentença com porque.

Os pontos que serão levantados a seguir dizem respeito à possibilidade de interpretar os enunciados condicionais do tipo "Se p então q" como resultado de um processo dialógico.

Um tipo de condicional exprime a negociação de uma suposição em função do seu conseqüente. Para obter o assentimento ou compromisso do interlocutor com p, a criança compromete-se com q. A adesão do interlocutor é de certo modo garantida pela promessa de q.

(10) (Irmã chorando)

D. Se você não chorar mais, eu gosto de você. Se você chorar, eu não gosto mais de você.

(Irmã para de chorar).

Você parou de chorar. Então eu gosto de você.

(D. 2;7.16)

Nesta mesma classe de enunciados a negociação de p através do comprometimento da criança com q pode seguir outras formas de relação. Por exemplo, q pode conter uma ameaça caso não haja acordo sobre p. É o que aliás ocorre no segundo enunciado condicional de D. em (10).

A segunda classe de enunciados condicionais é uma espécie de resposta que a criança constrói face a uma ordem, pedido ou proibição efetivamente realizados pelo interlocutor, ou pressupostos. Este tipo de enunciados aparece de forma mais evidente e é mais freqüente a partir de 3;6.

(11) (Na hora do jantar, mãe promete levar D e irmã ao supermercado para comprarem um presente para uma amiga de D. Dali a pouco, a mãe pergunta quem já tinha jantado. Resposta: a Raquel, irmã de D, e D acrescenta:)
D. Quem não jantou vai, né?

(D. 4;1.3)

O exemplo acima mostra que a criança pressupõe uma norma que, embora não explicitada naquele momento, foi provavelmente usada muitas vezes pela mãe ou pai:

"comer como condição para sair". Em um certo sentido, o enunciado é uma tentativa de negociar a possibilidade de violação da norma.

- (12) (V preparando-se para ir ao médico e dizendo que não queria tomar vacina por medo da dor. Conversa entre mãe e filha gira em torno deste tema).

V. Quando eu num tomo vacina, num dói

(V. 3;10.13)

A negociação é aqui bem clara: levar a mãe a aceitar q como consequência de p pode ter um efeito na sua decisão de levar V ao médico. É até mesmo plausível parafrasear o enunciado de V, como: "Se você não quer que eu sinta dor, não me leve ao médico para tomar vacina".

Um outro exemplo mostra como V usa uma conversão estratégica da suposição para obter efeitos similares. Numa época em que a mãe frequentemente dizia que era preciso comer para crescer, V, na mesa, diz:

- (13) V. Se eu comer tudo, eu vou crescer, bater com a cabeça no teto.

(V. 3;9.6)

Como interpretar (13)? Parece que V, pretende comprometer o interlocutor adulto com a indesejabilidade de q, através da exibição de sua consequência r, a fim de, extraindo q como consequência de p, obter dele o acordo quanto a ~p. Aqui, como no caso em que D. pergunta se está escuro (cf. (6)), o discurso adulto é retomado, mas também deslocado das suas condições de uso, sendo então negado ou renegociado.

O que se examinou até agora mostra que a construção de enunciados condicionais pela criança está, pelo menos em parte, relacionada com a suposição de um compromisso do outro estabelecida através de inferência. Este compromisso parece de certa forma garantido pela retomada 'negociada' de um ato - lingüístico ou não lingüístico - do interlocutor. Negocia-se assim uma premissa e afirma-se uma consequência. O processo de inferência completa a negociação.

Hã casos, entretanto, em que ainda não se vê claramente em que medida a construção de um enunciado condicional é determinada pela situação dialógica atual ou por uma recuperação de diálogos passados. É em torno da organização dos esquemas relacionais que eles parecem se estruturar.

- (14) (Vendo um jogo de figuras com a mãe. Ri muito de uma pessoa que aparece usando chapéu. Chama a atenção da mãe para a figura).

V. Ó que gozado, mãe (rindo).

Manhã, quem usa chapéu, fica gozado.

M. Quem usa chapéu fica gozado?

V. É, fica sim. Nê, mãe? Manhê

(Mãe interrompe V).

(V. 3,6.26)

(15) (Procurando uma fivela debaixo da cama).

V. Se não tiver, eu perdi.

(V. 3;8.26)

Caberia então verificar como se faz a passagem dos processos inferenciais que são formas explícitas de um processo dialógico de negociação para as construções onde não se pode apontar de modo claro as marcas da intersubjetividade. Penso que um dos caminhos para se encontrar uma análise comum a todos os tipos de enunciados condicionais (inferências e condicionais "stricto sensu") é o que este trabalho percorreu em parte procurando estabelecer relações entre hipótese diacrônicas como as de Bally e Jespersen e os fenômenos ontogenéticos da construção dos condicionais. Por outro lado, seria ainda necessário verificar a possibilidade da extensão das hipóteses de Bally e Haiman segundo as quais as prótases dos enunciados condicionais são tópicos e como tal resultantes de negociações explícitas ou implícitas. Poder-se-ia então dizer que não sã os processos inferenciais se constroem no interior de um processo dialógico mas também as condicionais "stricto sensu" que (14) e (15) ilustram.

NOTAS

1. Agradeço a Claudia T.G. de Lemos, Luiz Henrique L. dos Santos, Carlos Franchi, Carlos Vogt e J. Wanderley Geraldi pelos comentários estimulantes que fizeram.

Este trabalho é parte de uma pesquisa orientada por Cláudia T.G. de Lemos e parcialmente financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) à qual agradeço o apoio financeiro.

2. De acordo com Cagliari, L.C. (comunicação pessoal) o padrão intonacional do Português do Brasil para tópico e comentário é similar ao que acontece em Francês tal como Bally descreve.

BIBLIOGRAFIA

ADAMEC, P. (1966) "Přrjadok Slov v Sovremennom Russkom Jazyke". Rospravy Československé akademie věd. Řada společenských věd, ročník 76, sešit 15. Prague: Prague Adademia.

BALLY, C. (1965) Linguistique Générale et Linguistique Française. Berne: Editions Francke.

- CAMAIONI, L., de Castro Campos, M.F., de Lemos, C.T. (1985) "On the Failure of the Interactional Paradigm in Language Acquisition: a re-evaluation". A ser publicado em Doise, W. and Palmonari, A (eds) Social Interaction in Individual Development. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAHL, O. (1969) "Topic and Comment: a Study in Russian and General Transformational Grammar", Acta Universitatis Gothoburgensis. Göteborg, Upsala.
- CASTRO CAMPOS, de M.F. (inédito) "Processos Intersubjetivos na Construção de Justificativas". A ser publicado na Revista Ibero Americana. Frankfurt. Alemanha.
- , e de Lemos, C.T. (1979) "Pragmatic Routes and the Development of 'Causal' Expressions", Child Language Seminar: Netherlands Institut for Advanced Studies on Human and Social Sciences, Wassenaar, Netherlands.
- LEMOS, de C.T.G (1975) "The Use of Ser and Estar with Particular Reference to Child Language Acquisition in Brazilian Portuguese" (inédito). Tese de doutorado, Universidade de Edinburgo.
- GREENFIELD, P. e Smith, J. (1976) The Structure of Communication in Early Language Development. New York: Academic Press.
- HAIMAN, J. (1978) "Conditionals are Topics", Language, 54, nº 3, 564-589.
- JESPERSEN, O. (1940) A Modern English Grammar on Historical Principals, V: Syntax, London: George Allen & Unwin.
- KEENAN, O.E. and Schieffelin (1976) "Topic as Discourse Notion: A Study of Topic in the Conversations of Children and Adults", Charles N. Li (ed.), Subject and Topic. New York: Academic Press.
- OCHS, E., Schieffelin and Platt (1979) "Propositions across Utterance and Speakers" in E. Ochs & B.B. Schieffelin (eds.) Development Pragmatics, New York: Academic Press.
- ORLANDI, E. (inédito) "Segmentar ou Recortar? ou: da Relação entre Sintaxe e Pragmática". A ser publicado nos Anais do V Encontro Nacional de Linguística. Rio de Janeiro. PUC.
- YGOTSKY, L. (1962) Thought and Language. Boston: M.I.T. Press.